

## SEMINÁRIO SANTA RITA – ESPERANÇAS E FRUSTRAÇÕES

Sérgio PÉRES DE PAULA, OAR

### **Introdução: Santo Agostinho e Reinhart Koselleck. A atenção ao momento presente a partir da memória do passado e as expectativas ante o futuro**

Marc Bloch afirma que é um erro definir a História como ciência do passado, pois a ideia de que o passado seja seu objeto é absurda. Para ele, a História é, antes, a ciência do homem no tempo, em que prevalece a ideia de “duração” em um “continuum” de metamorfoses e mudanças<sup>1</sup>.

A curta história do Seminário Santa Rita reflete um pouco desta duração intensa de um antes cheio de sonhos e expectativas, um durante que muito rapidamente passou do desejo realizado às frustrações, e encerra com a venda do edifício. Um tempo de profundas e rápidas transformações, de revisão de conceitos e de buscas de novas formas institucionais. Para olhar esta história, os conceitos de “tempo” subjacentes no evento histórico a partir de Santo Agostinho e de Reinhart Koselleck são ferramentas úteis na compreensão deste “continuum” carregado de constantes mudanças nos homens e suas instituições; nos homens que esperam, sonham, são cheios de desejos e expectativas, que se organizam, planejam, trabalham, empenham-se, dedicam-se, mas também sofrem os êxitos e os fracassos no exercício daquilo a que se propõem como missão.

Na reflexão agostiniana sobre o tempo, as obras mais estudadas são as Confissões, Cidade de Deus, Sobre a Trindade e Comentário ao livro do Gênesis. Os estudiosos do pensamento de Santo Agostinho (354-430) categorizam quatro significados na sua abordagem sobre o tempo, a saber: Tempo psicológico; Tempo físico; Tempo moral e Tempo histórico.

A abordagem sobre o tempo psicológico se faz a partir de três questões: Existe o objeto? O que é? Qual é o seu valor ôntico? (Conf. 10, 7-10). A dúvida sobre a existência do tempo é breve e facilmente resolvida pelo testemunho massivo em favor de sua realidade. Quanto ao seu “status ôntico”, ele é inferior à

---

1 BLOCH, Marc, «A história, os homens e o tempo»: In: *Apologia da História ou Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 52-56.

eternidade (Conf. 11, 7-41). O esforço torna-se maior quando se busca formular uma definição do tempo. Pode-se organizar a reflexão agostiniana do tempo em três partes: o tempo real é o tempo presente; o tempo não depende do movimento físico; e, por fim, o tempo pode se entender como “distensão da alma”, ou seja, futuro, passado e presente existem “na alma” por atos psíquicos.

Quanto ao “tempo real”, Santo Agostinho observa que antes de uma investigação, “sabemos” e “não sabemos” o que é o tempo. O que temos é uma percepção teórica vaga e prática do tempo como passado, presente e futuro. A tentativa de definição, no entanto, mostra a nossa incapacidade de dizer com precisão o seu significado. Se o passado e o futuro não existissem, eles seriam “incognoscíveis”. Assim, a pergunta fundamental é “como existem?”. O passado não existe “como passado”, nem o futuro como “futuro”. No pensamento agostiniano, o passado existe como “memória”; o futuro é atualizado “no presente” como “projeto” e expectativa. Os três tempos são sempre um “presente”. O passado torna-se um “re-presente” (novamente presente). O presente se manifesta como instante fluido, que passa. E o futuro é um pré-presente, uma expectativa. Mediante a pergunta se o tempo consiste no movimento do sol, da lua e dos demais astros celestes, a resposta de Santo Agostinho é clara: NÃO. O tempo é o que mede o movimento solar. A conexão entre o tempo e o movimento celeste se dá como “medida”. O mesmo acontece em relação aos movimentos dos corpos: o tempo é que mede o estado de movimento ou de repouso dos corpos. A percepção dos movimentos, do “longo” e do “breve” (dos sons e do silêncio na música ou na oratória, por exemplo) se dá por atividade psíquica. A existência e coexistência dos tempos “fisicamente” inexistentes, como o passado e o futuro, se dá pela compreensão do tempo como “distensão da alma”. Os “atos psíquicos” são os que dão a “continuidade” ao fluxo no movimento futuro, presente estendido e passado. A “expectativa” fundamenta o futuro; o “aguardar”, a “atenção” subjaz ao presente; e a “memória” retém o passado. A “linha do tempo” é então uma “distensão” de “expectativa”; uma união de futuro e passado ao longo do presente pela “atenção”; e, finalmente, uma distensão para o passado. Este esquema é válido para entender tanto como recitamos um texto quanto como percebemos a própria história, pessoal ou da humanidade. Ele dá a percepção de “totalidade” e do “continuum temporal”. Não se trata de uma “psicologização” ou “subjetivação” do tempo, mas de compreender que na “percepção” do tempo existe um componente psicológico indispensável. Trata-se de uma explicação empírica objetiva do tempo “enquanto” é “experimentado”, “fixado” e “totalizado” no sujeito. A “apreensão” do tempo é que se dá pela atividade psíquica. O tempo não é um “puro” constructo mental. A dicotomia entre “duração vivida” e “tempo medido”, como definido por Bergson, não está presente em Santo Agostinho.

A medição do tempo na “psique” tem como pano de fundo o tempo físico e este tem seu correlato no mundo físico. A linha do tempo físico se fundamenta na

“mutabilidade” das coisas, na capacidade de sofrer perda ou diminuição do ser, própria das criaturas, ou seja, capacidade de sofrer variação de formas. O movimento se caracteriza por um “antes”, um “durante” e um “depois”. O tempo, no entanto, é concomitante ao movimento. O movimento permite a mensurabilidade do tempo. Um “tempo psíquico” é inconcebível sem um tempo físico. O tempo físico, mensurável pelo movimento dos astros, é a base para medição do tempo e dos calendários nos povos civilizados. As convenções criadas com base na regularidade do sistema celeste, anos, dias e horas, foram forjadas como medidas “quase naturais”, como um “relógio da natureza”. Os movimentos dos corpos celestes servem para demarcar “porções” do tempo. O tempo, vinculado ao movimento, não existe por si mesmo. Para Santo Agostinho, “o que fazia Deus antes de criar?” é uma pergunta sem sentido (Conf. 11, 12-15) pois não havia um “antes” na linha do tempo anterior à criação. A criação não começou com o tempo, mas o tempo começou com a criação. O mundo não foi feito no tempo, mas com o tempo, de tal forma que mundo e tempo foram “concriados”. O tempo existe fora da cognição humana, mas a retenção psíquica do tempo é que permite “medi-lo”.

O tempo cósmico, físico, para Santo Agostinho, é um “vestígio”, um “sinal” da eternidade. No entanto, manifesta-se como fonte de desordem, de “dissipação do espírito”, pois o “si mesmo” interior é atraído para as diversas direções e sua integridade é fragmentada. Assim, só em sentido metafórico o tempo serve como “agente de cura”. Na reflexão agostiniana, o tempo tem uma característica moral, uma perspectiva ética da ação humana vinculada com o bem da humanidade. Esta característica moral do tempo se fundamenta na “mutabilidade” humana, a qual implica sofrimentos e aflições de todo tipo. Os grandes “inimigos” do ser humano são a “morte” como destino e o “pecado”, ao qual está submetido do início ao fim da vida. A vida se mostra como contingente e relativa, enquanto a morte é absoluta e necessária.

Santo Agostinho recorre aos trocadilhos vida “muriente” (mortal) e morte “vivente” (vital). Por vida “muriente” entende-se a sucessão das fases da vida em que o início de uma implica o fim da anterior. Por morte “vivente”, compreende que a existência humana é “morte em vida”; a duração da existência é “vida em morte”. O ser humano, por si, é orientado para a morte. Deus é compreendido ser transcendente, totalmente espiritual. Tornou-se, no entanto um Ser “para nós” através da revelação em Cristo, cujo sofrimento e morte o faz “mediador” e “libertador” da morte. A desintegração e desordem próprias do tempo moral se caracterizam pela “inversão da ordem”: amar o “temporal” em detrimento do “eterno”. O tempo moral é uma “temporalização” de “si mesmo”. A libertação do tempo moral consiste no movimento da “multiplicidade” do tempo ao “eterno”, que só pode ser alcançada pelo “amor” ao UNO-UNIFICADOR e Eterno. Assim se compreende a expressão agostiniana: “Meu amor é o meu peso”.

O tempo da história consiste no conjunto com a condição humana tal como vivida no passado. Ele foi analisado por Santo Agostinho numa perspectiva da fé cristã: a “revelação divina” desvela o significado da história “sagrada” humana. A “verdade” dos acontecimentos históricos, únicos, irrepetíveis e experimentalmente inverificáveis pode ser reconhecida pela “fé” natural, ou seja, baseada na palavra de outros. Boa parte do passado não tem mais vestígios nem documentos. Os acontecimentos históricos não são regulares e submetidos a “leis”. A consciência do passado é sempre parcial e não sistemática. Para a História, não há explicação global e coerente de acontecimentos. Santo Agostinho a compreende com um drama com um “começo”, a criação; um “meio”, a redenção; e um fim, o Juízo Final. A fé é o que permite captar uma “ordem” no tempo.

O tempo presente é o tempo vivido no “agora” que flui, que passa; é aquele que “urge”, porém, nunca permanece. Por isso é sofrível, carregado de incertezas, de inseguranças e de murmurações<sup>2,3,4,5</sup>.

Reinhart Koselleck, historiador alemão (1923-2006), fundador e teórico da “História dos Conceitos”, elabora uma reflexão sobre o tempo histórico com muitas conexões com o pensamento de Santo Agostinho. Para ele, o passado chega ao presente em ruínas, aos pedaços, em fragmento. Datá-los, embora seja fundamental, é apenas o início do trabalho do historiador. A noção de tempo histórico se liga a conjuntos de ações políticas e sociais, a seres humanos concretos, agentes e sofredores, às instituições e organizações que dependem dele. Os homens e as instituições têm formas próprias de ação e consecução que lhes são iminentes e possuem um ritmo temporal próprio.

O tempo histórico é percebido quando se determina a diferença entre passado e futuro, entre o “campo da experiência” e o “horizonte de expectativa” em um presente. Ao historiador interessa a idade interna de uma sociedade, ou seja, a relação que em seu presente ela estabelece com seu passado e o seu futuro. O olhar para o futuro, enquanto tensão entre a experiência e a expectativa, suscita diferentes soluções e engendra o tempo histórico. As mudanças são apreensíveis através dos conceitos, de suas análises e interpretações. O tempo histórico torna-se uma experiência particular de uma sociedade presente que se relaciona com

---

2 Cf. FITZGERALD, Allan D., *Diccionario de San Agustín: San Agustín a través del tiempo*, Burgos, Ed. Monte Carmelo, 2006, p. 1264-1272

3 ALESANCO, Tirso, *Filosofia de San Agustín: síntesis de su pensamiento*. Madrid, Ed. Augustinus, 2004, pp. 303-320.

4 GUITTON, Jean, *Le temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin*. Paris: Vrin, 1959.

5 GILSON, Étienne, *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Paulus/Discurso Editorial, 2010. p. 357-370.

seu passado e seu futuro. Desta forma, há tempos plurais, como plurais são as sociedades<sup>6,7,8</sup>.

Gabriel Motzkin acentua na reflexão teórica de Koselleck, além da descontinuidade histórica perceptível nas análises conceituais, a busca pela “intensidade histórica”, a sensação de ‘aceleração do tempo’ ocasionada pela Revolução Francesa. Assim, para ele, os conceitos variam tanto no campo semântico como também de acordo com os pressupostos temporais neles embutidos. A variação se dá por “extensão”, num intervalo de tempo que ele projeta, e por “intensidade”, através das experiências. Por isso, “o moderno acredita não só que o tempo, a experiência e a aquisição de conhecimento estão se acelerando, como deseja que esta aceleração continue – e para sempre”<sup>9</sup>.

Na relação entre eventos e estruturas, R. Koselleck faz uma distinção: eventos só podem ser narrados e as estruturas só podem ser descritas. Os eventos são provocados ou sofridos por determinados sujeitos, mas as estruturas permanecem supra individuais e intersubjetivas. As extensões temporais dos eventos e estruturas no campo da experiência do movimento histórico são diferentes. Ambos níveis remetem um ao outro, sem que, no entanto, um se dissolva no outro; ambos níveis se alternam em importância, revezando-se na hierarquia dos valores, dependendo da natureza do objeto investigado e cuja realidade não pode mais ser apreendida. Assim, todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da “ficção do factual”. É necessário, porém, que a ficcionalidade dos eventos narrados corresponda ao caráter hipotético de sua “realidade” no nível das estruturas<sup>10</sup>.

Há dois elementos que constituem todas as histórias: as experiências vividas e as expectativas das pessoas que atuam e sofrem. As experiências se relacionam ao passado e as expectativas, ao futuro. O futuro histórico, no entanto, nunca é resultado puro e simples do passado histórico. Há sempre uma tensão entre experiência e expectativa que, de formas diferentes, suscita novas soluções e faz surgir o

---

6 KOSELLECK, Reinhart, *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/-Editora. PUC-Rio, 2006, p. 13-14.

7 REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 180-194.

8 JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João, «História dos conceitos, debates e perspectivas». In JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola/IURPERJ, 2006. p. 24-29.

9 MOTZKIN, Gabriel, «A intuição de Koselleck acerca do tempo na história», in JASMIN, Marcelo Gantus; e FERES JÚNIOR, João (Orgs.), *História dos conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. Loyola/-IURPERJ, 2006, p. 79.

10 KOSELLECK, op. cit., p. 133-141.

tempo histórico. O espaço da experiência aberto ao futuro estende o horizonte de expectativa. As experiências permitem prognósticos, que são determinados pela necessidade de se esperar alguma coisa. Os prognósticos, assim, abrem expectativas que não decorrem apenas da experiência e modificam a situação de onde ela surge. Ou seja, o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa.

É próprio da modernidade um distanciamento progressivo entre experiência do passado e expectativa do futuro. Um futuro portador de “progresso” modifica o valor histórico do passado. Somente depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores, a modernidade pode ser concebida como um “novo tempo”. Nesta relação entre experiência e expectativa há uma proporcionalidade: quanto menor a experiência, maior a expectativa; quanto maior a experiência, mais cautelosa e mais aberta a expectativa<sup>11</sup>.

O Seminário Santa Rita, cuja construção se iniciou em 1960, foi habitado e iniciou suas atividades institucionais em 1964 e foi vendido em 1974, é fruto de desejos de uma geração de frades, de um sonho dentro de um outro sonho: uma nova província dos agostinianos recoletos no Brasil. Sonho de uns, pesadelo de outros.

## **1. A criação da Província de Santa Rita e o “sonho” de um seminário “maior e moderno”**

A organização e distribuição interna do poder e dos bens materiais nas instituições frequentemente geram grupos internos que disputam os cargos e funções e, na disputa, afloram insatisfações, ressentimentos, expectativas e busca de novas formas de vida e organização institucional.

No final da década de 1950, em meio à euforia desenvolvimentista da reconstrução da Europa pós-guerra, da política de Juscelino Kubitschek, da Espanha ainda em recuperação econômica pós-guerra civil, e das aspirações de renovação estrutural da Igreja durante o papado de João XXIII, uma forte tensão se criou na Província de Santo Tomás de Vilanova, da Ordem dos Agostinianos Recoletos, no Brasil.

---

11 KOSELLECK, Reinhart, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, pp. 306-327.

Devido à guerra hispano-americana e à vitória dos Estados Unidos em franca expansão pelo oriente, os espanhóis foram expulsos das Ilhas Filipinas em 1898. E, com eles, os frades agostinianos recoletos que lá trabalhavam. Por isto, em 1899, um grupo de frades, em sua maioria, destes que foram expulsos das Filipinas, a pedido do bispo de Uberaba, veio para o Brasil, para trabalhar nas dioceses extensas e sem clero suficiente para atender a população.

No Brasil, os frades se espalharam por vários lugares, entre eles, Pará (sobretudo na Ilha do Marajó), Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Triângulo Mineiro e, posteriormente, interior de São Paulo, na região de Ribeirão Preto.

Depois de 60 anos de trabalho no Brasil, os frades agostinianos recoletos haviam assumido duas prelazias (Marajó, no Pará, e Lábrea, no Amazonas) e construído um seminário menor em Ribeirão Preto e outro, onde se faziam os estudos posteriores (noviciado, filosofia e teologia) em Franca, ambos no interior de São Paulo; e se encontravam dispersos em várias casas, onde trabalhavam sobretudo com paróquias, que faziam parte da Província de Santo Tomás de Vilanova, com casas também na Venezuela e Argentina, além da Espanha.

Ao final da década de 50, também haviam iniciado atividades no campo educacional, com o Colégio Santo Agostinho, no Leblon, Rio de Janeiro, Colégio Macedo Soares, Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, e o Colégio Santo Agostinho, em Muqui, interior do Espírito Santo.

Em 1960, no Brasil, segundo o relatório do padre vigário provincial da Província de Santo Tomás de Vilanova, Fr. Ángel Criado, o quadro de pessoal se compunha em 114 sacerdotes, 29 “coristas” (estudantes de filosofia e teologia), 12 irmãos e 110 estudantes de “Latinidades”. Dentre os sacerdotes, 34 eram brasileiros.<sup>12</sup> Nesse período, uma forte tensão, que se apresentava de forma nacionalista, se manifestou entre os frades, dividindo-os em dois grupos: os “espanhóis” e os “brasileiros”. Destes grupos, os “brasileiros”, entre os quais alguns frades espanhóis, reivindicavam a criação de uma “província brasileira”. Tal reivindicação foi levada a conhecimento do Núncio Apostólico no Brasil, Armando Lombardi, através de um abaixo-assinado, chamado de “Memorial” nas cartas, solicitando sua intervenção.

Antes da elaboração deste “Memorial”, no entanto, um relatório do então provincial da Província de Santo Tomás de Vilanova, Fr. Santiago Dolado, datado de 19 de outubro de 1955, assim intitulado “Relação da Província para Capítulo e esboço de divisão de Província”, já apontava a situação tensa e a necessidade da criação de uma província brasileira.

---

12 CRIADO, Ángel (Frei), Relatório da Província de Santo Tomás de Vilanova. 1960a. (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma, Itália).

Para Fr. Santiago, a observância regular no Brasil era insatisfatória, em relação ao que pediam as Constituições, o Cerimonial e as ordens da cúria geral. Isto se devia sobretudo, segundo ele, ao descuido dos superiores, por um lado, mas principalmente à intemperança e ao espírito liberal dos frades, que não se submetiam às pequenas observâncias por três razões: por receio de serem rotulados de rigoristas e intransigentes; porque os lugares para os atos comunitários, como refeitório e coro, eram impróprios e, finalmente, por falta de espírito de ordem e de uma formação religiosa e piedade sacerdotal sólida. Notava-se também uma deficiência na parte intelectual devido à falta de educadores e professores competentes. Ele afirmava que havia boa vontade e um esforço louvável, mas os professores não eram especializados nas matérias que lecionavam. Para suprir um pouco desta deficiência, havia 17 jovens religiosos realizando cursos superiores na Universidade Católica do Rio de Janeiro, um em Vitória, um em Uberaba, dois em Buenos Aires, quatro em Salamanca e dois em Roma. Com isto esperava-se solucionar adequadamente as necessidades. Quanto à criação da nova província, "[...] dado o ambiente, forçado ou não; fictício ou real, é necessária." Para o provincial, o antagonismo entre brasileiros e espanhóis na província no Brasil estava em pleno desenvolvimento e a criação de uma província brasileira seria uma forma de cortá-lo pela raiz. Assim, evitar-se-ia um choque desagradável, escandaloso e de consequências imprevisíveis. O provincial justifica como causa deste antagonismo a mentalidade colonial e rebelde dos brasileiros. "O brasileiro em geral, e o religioso em particular, tem um conceito colonial, e daí seu nacionalismo exagerado. Não chega a compreender a independência econômica do estrangeiro. Por isto se revolta ao saber que o dinheiro pátrio vai para fora da nação."<sup>13</sup>

Como medida para suavizar a tensão ele propõe a construção de um grande "Colégio Apostólico". Para isto, já se havia adquirido um terreno de 50.000 m<sup>2</sup> em Ribeirão Preto, mas, mesmo assim, ele não acreditava que os brasileiros se contentariam e que a criação da nova província era uma necessidade moral. A realidade da Província de Santo Tomás de Vilanova, no entanto, naquela ocasião, era séria e crítica, principalmente por causa das dívidas na Espanha, que se somavam a aproximadamente 10 milhões de pesetas, mas que poderiam ser saldadas com certa facilidade. Para ele, a divisão da província deveria se fazer por casas, da seguinte forma: a nova província seria composta pelas casas de São Paulo (capital), convento de Franca e mais duas paróquias nessa cidade, Ribeirão Preto, colégio e paróquia de Muqui no Espírito Santo, Colégio de Volta Redonda, Manaus, Cachoeiro, Vitória, Fazenda do Centro (fazenda e paróquia), Pedregulho, Patrocínio

---

13 DOLADO, Santiago, *Relação da Província para Capítulo e esboço de divisão de Província*, 19 out. 1955 (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma).



Paulista, Igarapava, Santa Rosa de Viterbo, Paraguaçu Paulista, Presidente Wenceslau e Prelazia de Lábrea, com um total de 75 sacerdotes; a província de Santo Tomas de Vilanova ficaria com as casas na Espanha, Argentina e no Brasil com as seguintes: Leblon e São Januário, no Rio de Janeiro, Belém do Pará e Prelazia de Marajó, totalizando 113 sacerdotes.<sup>14</sup>

Uma cópia do abaixo-assinado, chamado pelos frades de “Memorial”, enviado ao Núncio Apostólico, foi também dirigida ao Prior Geral da Ordem, Fr. Eugênio Ayape, como anexo de uma carta datada de “março de 1960”. A carta segue assinada por nove frades que atuavam no Colégio Macedo Soares, em Volta Redonda, RJ, e o “Memorial” por 38 assinaturas, sendo oito delas de frades espanhóis.

O “Memorial” deixa claro um grande otimismo dos frades do grupo dos brasileiros “[...] em face dos últimos e notáveis progressos de nossa Ordem no mundo.” Nele, os frades, conhecedores da rigidez hierárquica e das possíveis interpretações e sanções de um manifesto assim, afirmam que o mesmo não “expressa insubmissão ou rebeldia”, mas “[...] objetiva o engrandecimento e bem-estar da Ordem no Brasil.” Em seguida, fazem as considerações que os motivaram a escrever o manifesto, assim resumidas:

- Após 60 anos dos recoletos no Brasil, constatava-se um grande desequilíbrio entre muito trabalho e pouco progresso. Comparando-se ao crescimento de outros institutos religiosos nesse mesmo período, o desequilíbrio revelava-se ainda maior.
- Tudo caminhava em ritmo lento e pesado, sem perspectivas de renovação e melhoria. Os recursos financeiros adquiridos no Brasil não eram aplicados aqui.
- A exiguidade numérica de religiosos brasileiros era expressão dessa realidade. Os seminários maior e menor existentes não atendiam às necessidades e possibilidades. As promessas de construção de um seminário grande não se cumpriam.
- A grande extensão territorial da província, a multiplicidade de circunstâncias locais peculiares à Espanha, Brasil, Argentina e Venezuela dificultavam a administração central da mesma. “Cremos, afirmam os frades que assinaram o manifesto, que aqui vale o princípio tático: ‘Divide et vinces’” (o grifo é do próprio texto do documento).

---

14 Ibid.

- Tal situação criava "[...] um ambiente de desinteresse, apatia e arrefecimento dos ideais de crescimento e progresso."

O documento se encerra com expressões de reconhecimento e gratidão ao trabalho dos espanhóis, "[...] cremos, contudo, ter chegado a hora de nossa maturidade e emancipação", afirmaram aqueles frades.

A carta dirigida ao Prior Geral, que encaminha o "Memorial" reforça as aspirações daquele grupo. Nela, os frades afirmam que expressavam ali seu desejo de apresentar "sugestões" e não "ditar normas" e de recorrer ao Prior Geral numa relação filial, esperando compreensão. Com uma postura de "homens cordiais", segundo Sérgio Buarque de Holanda<sup>15</sup>, procurou-se reforçar a informalidade do gesto, não protocolando "[...] propositalmente a carta, visando a espontaneidade e sinceridade exigidas entre 'pai e filhos'." Para eles, o objetivo do manifesto era o desejo de dinamizar a marcha do crescimento da Ordem no Brasil, emperrada, no parecer deles, pela persistência da morosidade em que se encontrava. Para eles, as reivindicações se resumiam em duas:

- A criação de um seminário capacitado para formar um maior número de seminaristas, uma vez que os atuais eram pequenos e encontravam-se em precárias condições. Segundo eles, a realidade vocacional no Brasil, era muito promissora, no entanto, as vocações recoletas brasileiras eram sempre relegadas a um segundo plano. Quando se solicitava a criação de um seminário, as autoridades hierárquicas da província alegavam a precariedade financeira. O tempo passava e a situação não se modificava. "Entretanto, afirmavam eles, estamos convencidos de que, enquanto as Casas de Espanha estiverem dependendo de nossa Economia, o problema será insolúvel. Verdade é que se justifica o atual estado de coisas com a seguinte razão: a Espanha fornece vocações ao Brasil e o Brasil, o dinheiro." Acreditava-se muito fortemente na "autossuficiência em vocações", no Brasil naquele momento, e que tais vocações nativas seriam as que melhor corresponderiam e se adaptariam às necessidades locais. Mesmo em se reconhecendo o mérito dos confrades espanhóis, o próprio papa "desejou o incremento do clero indígena".
- A criação de uma Província Recoleta Brasileira e não uma simples divisão territorial da província aqui já existente.

---

15 HOLANDA, Sérgio, *Buarque de Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 141-151.

O conteúdo destes documentos revela uma linguagem cautelosa, que apela aos sentimentos de compreensão e bondade do superior geral e sinceridade e espontaneidade dos reclamantes, assim como procura anular as formalidades burocráticas, buscando-se um relacionamento mais próximo. Nas reclamações feitas, há um forte acento no otimismo vocacional e na insatisfação econômica, não provocadas pela falta de recursos, mas pela falta de investimentos no setor vocacional e resistência às reivindicações dos frades brasileiros.<sup>16</sup>

Quando o manifesto, ou “Memorial”, foi dirigido ao superior geral, este já se encontrava a par da situação, pois o Núncio Apostólico Armando Lombardi já havia escrito uma carta a ele, datada de 25 de fevereiro de 1960, na qual manifestava sua apreensão ante a situação criada entre os religiosos por causa do problema da ereção de uma província brasileira independente. Sem querer interferir nas decisões internas da ordem, o núncio considerava “prudente atender o desejo dos religiosos brasileiros”.<sup>17</sup> O superior geral respondeu-lhe, em carta datada de 12 de março de 1960, agradecendo as impressões pessoais sobre o problema e comunicando que a cúria geral considerava conveniente a criação da nova província no Brasil, mas “por outras razões”, no entanto, não explicitou quais são elas.<sup>18</sup>

Se as cartas referidas acima são cautelosas e moderadas em sua linguagem, embora não ocultem a situação tensa, a carta de Fr. Ángel Criado, vigário provincial da Província de Santo Tomás de Vilanova, no Brasil, assinada por mais três frades e o secretário, não esconde a situação de mal-estar entre os dois grupos, chamados de “os espanhóis” e “os brasileiros”. Tal carta, de 23 de fevereiro de 1960, foi dirigida ao Prior Geral, Fr. Eugênio Ayape para informar exatamente sobre o clima de tensão existente na vigararia da Província de Santo Tomás de Vilanova no Brasil. Nela, o vigário provincial diz que já havia comunicado em cartas anteriores a respeito do

[...] movimento empreendido por todos ou quase todos os Religiosos Brasileiros, que almejam, “POR FAS O POR NEFAS” (segundo expressão de alguns deles), à criação da nova Província brasileira. Tal tendência ou aspiração era unânime entre

---

16 AAVV Memorial: enviado ao Núncio Apostólico, foi também dirigida ao Prior Geral da Ordem, Fr. Eugênio Ayape, como anexo de uma carta datada de “março de 1960”. (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma, Itália).

17 LOMBARDI, Armando, Carta a Fr. Eugênio Ayape. 25 fev. 1960 (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma).

18 AYAPE, Eugênio (Frei). Carta ao Núncio Apostólico Armando Lombardi. 12 mar. 1960. (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma, Itália).

os brasileiros e não faltaram expressões depreciativas carregadas de mal encoberta odiosidade contra os legítimos Superiores, por parte dos mais exaltados.<sup>19</sup>

O vigário provincial já se encontrava ciente da existência do abaixo-assinado, o “Memorial” dirigido à Nunciatura Apostólica no Brasil, para justificar e fundamentar o seu intento e solicitar o apoio e intercessão em favor do movimento. Por isto, o núncio o chamou para uma entrevista no dia 18 de fevereiro, e lhe manifestou o “[...] profundo mal-estar e descontentamento imperante no setor brasileiro, coisa que não era segredo nem para religioso nenhum.” Como causas do descontentamento, o vigário provincial aponta as seguintes:

- Remessa de todo dinheiro para a Espanha;
- Desinteresse pelas coisas do Brasil;
- Perseguição, por parte do provincialato, aos religiosos que desejavam e brigavam pela criação da nova província.
- Junto ao núncio, o vigário provincial justificou o movimento como sendo de um nacionalismo exacerbado e raivoso. Para a cúria geral, apresentou, no entanto, as seguintes considerações: Reconhece que havia de fato no Brasil um profundo mal-estar, proveniente do desejo da criação da Província Brasileira, “[...] desejo exacerbado e agudizado pela campanha sistemática e insidiosa promovida pelos Religiosos Brasileiros, que anseiam completa independência e pensam que só eles, com liberdade de movimentos e livres dos laços espanhóis, prosperarão brilhante e prodigiosamente” (o grifo é do próprio texto do documento). Para ele, o movimento empreendido, que ele chama de “movimento libertário”, não está cheio de pureza de intenções, mas também repleto de sentimentos menos nobres de aversão e hostilidade em relação aos espanhóis. Dentre as intenções menos nobres, estaria uma tendência dissimulada de relaxamento da disciplina conventual, “[...] que consideram ultrapassada e fruto temperamental da idiosincrasia ibérica.”
- Propõe que a divisão da província seja feita de forma “justa e equitativa”, e “[...] não como exigência ou imposição de um grupo nacionalista exagerado brasileiro, que não está em condições de calcular todas as consequências da emancipação que patrocinam.” O clima tenso e agitado, segundo

---

19 CRIADO, Ángel (Frei) et al. Carta ao superior geral, Fr. Eugênio Ayape e seu conselho. 23 fev. 1960. (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma, Itália).

ele, impede "que se proceda com calma, claridade e caridade". Aponta como condição para a criação da nova província que a província-mãe ficasse bem amparada economicamente e provida no seu quadro de pessoal.

- Alega que cerca de 25 sacerdotes, dos 34 brasileiros, estariam dispostos a abandonar a Ordem, caso não houvesse a divisão da província. A isto ele chamou de "dispersit brasileiro".

Em seguida, o vigário provincial levanta quatro hipóteses para a divisão da província, que na verdade se reduzem a duas:

- A divisão por nacionalidade, considerada simplista demais, além de que os sacerdotes brasileiros não seriam suficientes para suportar "o peso das Cargas e casas de uma Província" e duvidava-se de sua competência para manter um estilo de vida religiosa ("[...] além disto, considerando o conceito que os brasileiros nutrem em relação à observância regular e à econômica, é de temer que o fracasso e não o êxito fosse o fruto desta solução").
- A divisão por casas, considerada mais justa e mais fraterna, com maior possibilidade de êxito, sobretudo porque acabaria com o mal-estar e discórdias existentes, uma vez que "[...] o estado de ânimo principalmente no setor brasileiro não é nada tranquilizador. Há agressividade, atrevimento, desprezo e um fundo de odiosidade contra tudo o que seja espanhol, o que longe de declinar, tende a aumentar cada dia que passa."

Quando se tratou da divisão por casas, logo já se citaram as casas e propriedades que a província-mãe não poderia abrir mão: casa e colégio do Leblon (Rio de Janeiro); casa e paróquia de São Paulo (capital), propriedade em S. José dos Campos e, se possível, a casa em São Januário, no Rio de Janeiro, "[...] que são casas de economia mais forte e sadia." Há uma forte ênfase em manter a casa de São Paulo, capital, para a província-mãe, alegando-se o clima mais benigno e suave, em relação ao clima extremamente quente do Rio de Janeiro. "Por outro lado, São Paulo é indubitavelmente a melhor casa da Província, a melhor Igreja, tudo construído UNICAMENTE com o trabalho e sacrifício dos espanhóis, e não seria justo que ficasse com os brasileiros, operários da undécima hora e que nada ou apenas sentiram o peso e o calor do dia."<sup>20</sup> (o grifo é do próprio texto, o negrito é nosso).

---

20 CRIADO, Ángel (Frei) et al., Carta ao superior geral, Fr. Eugênio Ayape e seu conselho, 23 fev. 1960. (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos).

Em outra carta, de 02 de março de 1960, escrita por Fr. Martin Braña Arrese, conselheiro geral, em Roma, dirigida a Fr. Ángel Criado, vigário provincial, no Rio de Janeiro, o autor da carta orienta o destinatário a proceder com cautela, quando se tratava da nova província. "Antes de tudo, suma reserva, sem deixar transluzir nada" e que se realizassem as mudanças consideradas mais prudentes do pessoal espanhol que pertenceria à "Província Espanhola". Por ocasião desta carta, o conselheiro geral deixa claro que a criação da nova província já era fato consumado: "Em princípio, FOI APROVADA a nova criação. Está subordinada a tornar-se efetiva imediatamente ao pagamento da dívida na Espanha." Para saldar tal dívida, a venda de várias propriedades do Brasil formaria a "base". Para isto, dever-se-ia liquidar e recolher tudo que pudesse, "[...] a fim de fazer frente às necessidades da vida, garantindo o desenvolvimento normal sem apertos econômicos." "O Brasil, neste aspecto, não tem problemas." O tempo urgia e, nas soluções apresentadas, que se considerasse sempre a referida "base" saldada, pois "tão logo se cumpra a 'base', vem a nova criação". Quanto às casas da província-mãe, ele aponta para as de Marajó, Belém, Leblon e São Januário ou São Paulo, aconselhando, no entanto, a deixar a de São Januário para a nova província. Quanto ao pessoal, todos os padres brasileiros formariam a nova província, junto com os espanhóis que estivessem nas casas determinadas para formá-la. Estes poderiam ser reintegrados à província espanhola em tempo oportuno.<sup>21</sup>

Na disputa entre os dois grupos e ante as reivindicações dos "brasileiros", há um forte acento na questão econômica e financeira (falta de investimentos e melhorias nas casas, sobretudo nos seminários no Brasil; remessa de dinheiro para a Espanha; dívidas da Província de Santo Tomás de Vilanova na Espanha, por causa de investimento em seminário lá) e na questão dos religiosos nativos ou pertencentes ao grupo dos "libertários" (seminários no Brasil em condições precárias, funções secundárias, perseguição aos que reivindicavam a criação de uma nova província).

Desde fevereiro de 1960 praticamente já estava definida a criação da nova província. O sigilo, no entanto, foi rigorosamente mantido até junho para que se fizessem os remanejamentos financeiros e de pessoal que se julgassem necessários. A divulgação da notícia da criação foi descrita como "surpresa" para os frades. Em 1970, por ocasião dos 10 anos da criação da província, assim se escreveu no artigo "Uma Década após":

---

21 BRAÑA, Martin (Frei). *Carta a Fr. Ángel Criado*. 2 mar. 1960 (Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos).

Há dez anos, no dia 29 de junho, fomos surpreendidos com a notícia da criação de nossa Província, sob a invocação de Santa Rita. É bom lembrar e enfatizar a palavra **surpreendidos**, pois foi mesmo de surpresa a reação. De vários tipos, mas sempre surpresa. Tudo passou tão silenciosamente que seria difícil ao historiador recompor os fatos. Falamos da história que foi vivida e também sofrida. Da história que não foi nem será escrita.<sup>22</sup> (grifo do autor)

O "Decreto de Ereção da Província de Santa Rita de Cássia" foi emitido oficial e publicamente no dia 18 de junho de 1960. Além de definir o nome da nova província, ficou estabelecido que as seguintes residências iriam compô-la:

Convento Nossa Senhora Aparecida, Capelinha; Paróquia Imaculada Conceição; Paróquia São Sebastião e Paróquia Nossa Senhora das Graças, Franca, São Paulo;

São Jose, Ribeirão Preto, São Paulo;

São Januário, Rio de Janeiro;

Santa Rita, Manaus, Amazonas;

Nossa Senhora da Consolação, Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo;

Colégio Macedo Soares, Volta Redonda, Rio de Janeiro;

Santa Rita, Vitória, Espírito Santo;

Nossa Senhora da Penha, Castelo, Espírito Santo;

Fazenda do Centro, Espírito Santo;

Santa Rita, Igarapava, São Paulo;

São João Batista, Muqui, Espírito Santo;

Paraguaçu Paulista, São Paulo;

Patrocínio Paulista, São Paulo;

Pedregulho, São Paulo;

Pirenópolis, Goiás;

Santa Rosa de Viterbo, São Paulo;

Prelazia de Lábrea, Amazonas.

---

22 Boletim oficial da província de Santa Rita de Cássia (=BPSR) 40 (abr./jun. 1970) 29 (grifo do autor).

Além disto, a nova província pagaria uma indenização no valor de três milhões de pesetas à "província-mãe" nos meses de janeiro de 1961, 1962 e 1963.<sup>23</sup> Dentre as anomalias da criação da Província de Santa Rita de Cássia estão: normalmente as províncias da ordem eram criadas pelos capítulos gerais, enquanto a nova província foi criada por um decisão do superior geral e seu conselho, após alguns contatos com a nunciatura apostólica no Brasil; a nova província teria que pagar uma indenização à "província-mãe", quando a praxis da ordem na criação de novas províncias costumava ser o contrário, ou seja, a "província-mãe" proveria materialmente e com o pessoal necessário a nova província até que a mesma pudesse se consolidar; os remanejamentos financeiros entre março e junho de 1960, quando muitas casas foram deixadas com caixa zerado. Algumas medidas anômalas destas provavelmente se devem ao fato da Província de Santo Tomás de Vilanova se encontrar endividada por ocasião da divisão da província e precisar formar a "base" para saldar a referida dívida. Também alguns lugares, como Rio de Janeiro e São Paulo, posteriormente, passaram a ter casas das duas províncias na mesma cidade.

Fr. Estêvão Montes, espanhol de origem, foi nomeado prior provincial da nova província e, em carta datada de 16 de junho de 1960 escreveu, dizendo que o maior desafio seria o "novo patrimônio a enriquecer", ou seja, os religiosos e as propriedades. Tal enriquecimento deveria ser "intensivo e extensivo", "vertical e horizontal". O seu programa de governo consistiria em promover a observância regular, os estudos, "em sintonia com os progressos da ciência e das artes", na linha do *aggiornamento*, da atualização; e o "apostolado", com o jeito recoleto de ser missionário.<sup>24</sup>

A carta do superior geral da Ordem, Fr. Eugênio Ayape, datada de 20 de junho de 1960, recomendava à nova província o cuidado com a "caridade e a observância regular", acentuando-se a "obediência"; com as "vocações", que mantivesse aí uma atenção especial; com a "formação dos jovens", novos religiosos; e com a missão de Lábrea.<sup>25</sup>

A nova província teve no seu quadro de pessoal, por ocasião da criação, 73 sacerdotes, oito irmãos, 26 "coristas" e 96 aspirantes. A ata da instalação da Província de Santa Rita de Cássia foi proferida festivamente no dia 29 de junho de 1960, em Ribeirão Preto, em presença dos superiores de ambas províncias, frades e seminaristas.<sup>26</sup>

23 BPSR 1 (ago. 1960) 3-4.

24 BPSR 1 (agosto 1960)10-11.

25 BPSR 1 (agosto 1960) 10-117-8.

26 *Ibid.*, p. 12, 15.



Sob o desejo de *aggiornamento*, de renovação pastoral e de novas propostas para a formação dos seus novos membros, a Província de Santa Rita de Cássia foi criada justamente quando a Igreja Católica já se encontrava sob as expectativas de um novo concílio. Nota-se o desejo de modernização, *aggiornamento* e renovação pastoral na chamada "Assembleia dos Vocais", dos superiores da nova província, que se reuniram em Franca entre 25 e 28 de agosto de 1960. O objetivo dessa assembleia era traçar as "ideias mestras", as diretrizes que iriam nortear a vida, os trabalhos e os projetos da província recém-criada. Tais "ideias mestras" discutidas foram:

1. Quanto à "observância" da tradição religiosa, a vida de piedade e oração: que se estabelecesse uma "sintonização com as conquistas da ciência";
2. Quanto às normas das casas: que estivessem em sintonia com "a evolução dos tempos", rompendo-se com "costumes obsoletos" e enquadradas num "sadio modernismo"

Em segundo lugar, os Vocais, com suas consciências abertas para as conquistas da ciência, procuraram que as Normas estivessem em plena sintonia com a evolução dos tempos. Já é hora de romper esse arcabouço de costumes obsoletos ou esclerosados em práticas inférteis. Se queremos uma Província exuberante e plétórica; se queremos um futuro glorioso e rico em conquistas e ações nobres, é necessário impulsá-las pelas trajetórias e horizontes dos tempos modernos. Conventos, seminários, casas paroquiais, Estudos, Apostolado, etc. devem enquadrar-se e obedecer às exigências de um sadio modernismo.<sup>27</sup>

3. Quanto ao "seminário": aprovou-se a construção de um novo seminário, mais amplo, funcional e de acordo com as "conquistas pedagógicas";
4. Quanto às paróquias: orientou-se para a "renovação pastoral" e nada de "paróquia fossilizada em devoções e rituais monótonos".

Para a atualização pastoral, recomendou-se as orientações do "Movimento por um Mundo Melhor", do "Movimento Familiar Cristão", uma vez que eram mais dinâmicos e favoreciam uma "paróquia dos tempos modernos", com instalações mais adequadas para as equipes e obras sociais organizadas e estruturadas.<sup>28</sup>

---

27 BPSR 3 (jan.1961) 51

28 BPSR 3 (jan.1961) 50-52.

Atendendo a uma das demandas que alimentaram o desejo de criação de uma nova província, no dia 28 de agosto de 1960, ao final da "Assembleia dos Vocais", foi feito em Ribeirão Preto o lançamento da "pedra fundamental" do "Seminário Santa Rita de Cássia".<sup>29,30</sup> Em novembro, iniciaram-se as obras de construção no novo edifício.<sup>31</sup> Ainda em 1960, em Brasília, a província assumiu a paróquia Santa Rita, fundada e entregue aos frades agostinianos recoletos e onde iniciaram a construção de uma capela provisória.<sup>32</sup> Em São Paulo, capital, assumiram a região da Vila Hamburguesa, na periferia, no dia 23 de outubro; e, em 08 de dezembro, aí foi criada oficialmente a Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, sob os cuidados dos frades.<sup>33</sup>

Um dos principais focos de demanda da criação de uma nova província era entre os frades que se encontravam no Colégio Macedo Soares, em Volta Redonda. No primeiro relatório dessa casa publicado no boletim oficial, o cronista dizia: "Em junho tivemos a grata surpresa da criação da Província de Santa Rita de Cássia [...] Com a criação da Província, vimos realizada uma parte de nossas aspirações. Faltava a outra: a construção de um novo Seminário, velho sonho de tantos frades."<sup>34</sup>

O lançamento da pedra fundamental e o início das obras de construção do novo seminário despertou nos frades muito entusiasmo. Imediatamente surgiram muitas iniciativas para a arrecadação dos fundos necessários, tais como festas promocionais, arrecadação de donativos, sobretudo junto à Companhia Siderúrgica Nacional, à qual pertencia o Colégio Macedo Soares, e uma "campanha pró-seminário" em toda província. A obra foi orçada inicialmente em 30 milhões de cruzeiros.<sup>35</sup> Além disto, a Fazenda do Centro, no Espírito Santo, que já funcionava como pré-seminário, sofreu algumas melhorias nas acomodações, salas de aula e dormitórios para que pudesse abrigar até 60 alunos.<sup>36</sup>

---

29 BPSR 2 (31nov. 1960 31); cf. também BPSR 4 (abr. 1961) 81.

30 BPSR 4 (abr 1961) 81.

31 BPSR 3 (jan. 1961) 70.

32 BPSR 4 (1961) 83.

33 BPSR 2 (1960) 36-37.

34 BPSR 3 (1961) 53-54.

35 BPSR 4 (1961) 77-81.

36 *Ibid.*, p. 107.

## 2. A construção do projeto

A construção do Seminário Santa Rita tornou-se o ponto principal do governo de Frei Estevão Montes, primeiro prior provincial da nova província. Urgia a construção de prédio novo para o seminário menor, “dadas as exíguas acomodações do edifício onde estava funcionando, ou seja, no edifício contíguo à igreja de São José, com frente para a rua de mesmo nome e lado para a rua Lafayette”<sup>37</sup>.

Uma das preocupações era quanto ao local onde construir o novo seminário. Segundo narrou Frei Agostinho Belmonte, ele, Frei Estevão, Fr. Domingos Ibañez e outros frades foram visitar uma chácara num prolongamento da Rua Portugal, em meados de julho, para discutir a possibilidade de permuta desta chácara por uma outra de propriedade dos frades em Bonfim Paulista. Na volta, próximo à Capela Santa Cruz, ele perguntou ao padre provincial onde era o “famoso terreno” do Irmão Santiago. Tratava-se de um terreno que o Irmão Santiago Medel, agostiniano recoleto, conseguira para a construção de uma “Escola de Artes e Ofícios” para filhos de japoneses e cuja direção caberia à “Sociedade Regina Caritatis”, por ele fundada e dirigida. Irmão Santiago, no entanto, deixou a Ordem e passou a viver na diocese de Marília. O referido terreno localizava-se há uns 500 metros atrás da capela, na rua Chile. Eles percorreram o terreno, apenas cercado com cerca de arame farpado e com uma casa construída por Irmão Santiago.

Os frades se informaram com os membros da “Sociedade Regina Caritatis” e souberam que o terreno fora doado à Arquidiocese de Ribeirão Preto, conforme a ata da última reunião da Sociedade. A escritura, porém, não fora passada porque a Imobiliária Bandeirantes, doadora do terreno ao Irmão Santiago, considerou nula tal doação, pois o terreno deveria voltar aos doadores, caso não fosse construída a “Escola de Artes e Ofícios”. A Imobiliária, no entanto, estaria disposta a passar o terreno aos frades.

Mediante tal possibilidade, o Provincial, Frei Estevão, procurou o arcebispo, D. Luiz do Amaral Mousinho, expôs-lhe os planos da Província e lhe pediu que cedesse os direitos da arquidiocese sobre o terreno. Relutante, a princípio, o arcebispo concordou, com a condição de que os frades se encaregassem da direção espiritual do bairro Santa Cruz.

As providências para regularizar a documentação e lavrar a escritura em nome da “Sociedade Agostiniana de Beneficência e Educação”, entidade civil e pessoa jurídica da Província de Santa Rita de Cássia, foram imediatamente tomadas.

---

37 *Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita*, p. 1.

Os frades estudaram um plano para construção de um edifício com capacidade para 200 alunos. O projeto ficou sob a responsabilidade do engenheiro Dr. João Rocha de Freitas e do desenhista Ramón López, ambos residentes em Franca, também interior de São Paulo, encarregados da elaboração das plantas.

Entre os dias 25 e 28 de agosto, os frades vogais da Província se reuniram em assembleia no Convento Nossa Senhora Aparecida, Capelinha, em Franca. E, no dia 28 de agosto de 1960, foram para Ribeirão Preto para o lançamento da pedra fundamental do edifício onde seria instalado o Seminário Santa Rita.

No evento, estavam presentes o Padre Provincial, os “Definidores” (Conselheiros), superiores das casas agostinianas de Franca, Ribeirão Preto, Manaus, Volta Redonda, Cachoeiro de Itapemirim, São Januário (Rio de Janeiro), sacerdotes e coristas (seminaristas) do Convento Nossa Senhora Aparecida de Franca, religiosos e alunos do Colégio Apostólico de Ribeirão Preto, representantes da Cia Imobiliária Bandeirantes, representantes de comunidades religiosas da cidade, representantes das associações religiosas da Igreja São José de Ribeirão Preto, membros da diretoria da Sociedade Regina Caritatis, benfeitores e amigos dos frades, moradores da cidade e do bairro Santa Cruz. Um jantar com apresentações musicais pela Corporação Musical São José, de Franca, encerrou o dia festivo.

As obras da construção se iniciaram no dia 03 de novembro, sob os cuidados do mestre de obras Antônio Furlan, que já havia trabalhado em outras obras dos agostinianos em Ribeirão Preto, tais como a torre da Igreja, por volta de 1930, o Seminário São José, entre 1934 e 1937, e o Salão “Frei Santos”, em 1960. Um poço “semi-artesiano”, com profundidade de 123 m, precisou ser perfurado para sanar o problema do abastecimento de água no local da obra. Dada a impossibilidade para acompanhamento das obras pelo engenheiro de Franca, outro engenheiro, Dr. Fersan Nassur, assinou e assumiu a obra gratuitamente.<sup>38</sup>

Os desafios estavam, no entanto, não só na construção ou melhorias dos edifícios, mas também nas formas de arregimentação de seminaristas, sua manutenção e a preparação do pessoal para trabalhar nas casas de formação.

Em 1961, Fr. Estêvão, então prior provincial, escreveu algumas orientações e critérios para a “Seleção de Candidatos ao Sacerdócio”.<sup>39</sup> Para ele, esta era uma questão complexa. A Pedagogia, a Psicologia, a Caracterologia, a Biotipologia e a Psiquiatria modernas evidenciavam e “aumentavam” o problema. Ao “recrutador de meninos”, afirmava ele que seria atraso e ignorância desprezar os avanços científicos. Esse trabalho não consistia em ser “garimpeiro” e muito menos era

38 Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita, pp. 1-3 verso.

39 BPSR 5 (jul. 1961) 111-114

"um jogo de azar". O "antigo sistema" de recrutamento, que não considerava os critérios científicos, revelaram sua "inépcia, ignorância e prejuízos". "Quantos potenciais de energia gastos, quantos capitais consumidos, quanto tempo perdido!", disse Fr. Estêvão. Era necessário, segundo ele, adotar um "sistema de seleção" com testes e comprovação da idoneidade e suficiência, recorrendo-se aos meios oferecidos pela psicologia e psiquiatria modernas; e considerar quatro pontos:

1. Não aceitar quem tenha ancestrais doentios ou criminosos ou provenha de matrimônios desajustados;
2. Desconfiar de candidatos de famílias carentes; "os seminários nem devem ser orfanatos nem menos penitenciárias";
3. Recusar os de baixa capacidade intelectual;
4. Ante os "complexos", agir sempre com prudência.

Na carta do superior geral aos religiosos da Ordem, escrita por ocasião da abertura do Concílio Vaticano II, ele manifestou o entusiasmo ante o crescimento vocacional e dos seminários, sobretudo na Espanha; enfatizou também o rigor dos critérios de seleção dos candidatos. Ante a novidade na época de se fazer o curso de Filosofia antes da etapa do Noviciado, ele pediu precaução e prudência.<sup>40</sup>

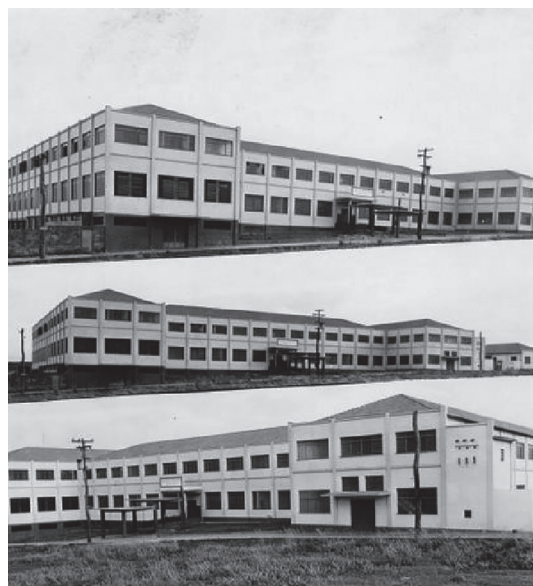
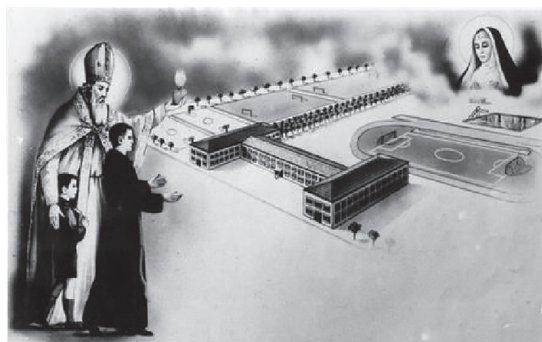
A "Obra das Vocações Agostinianas", que já existia em várias paróquias, seguia seus trabalhos para arrecadar fundos para manutenção dos seminários através da colaboração de benfeitores e de promoções das associações "tradicionais". No dia 18 de junho de 1961, comemorando-se o primeiro ano de existência da província, foi realizado um jantar beneficente em vista da construção do seminário. Nesse jantar, participaram "[...] pessoas graúdas da sociedade ribeirão-pretana."<sup>41</sup> Uma carta circular no início de 1962 informava aos religiosos da província que já se havia investido dez milhões de cruzeiros, com empréstimos na Caixa Econômica do Estado de São Paulo e campanhas extras. Um orçamento feito pelo banco, no entanto, apontava mais 60 milhões de cruzeiros para terminar a obra. Para captar estes recursos, novas campanhas seriam necessárias.<sup>42</sup> Além do empréstimo de 10 milhões de cruzeiros, feito pela província em setembro de 1961, outro empréstimo foi efetuado em novembro de 1962, no valor de 5 milhões de cruzeiros.<sup>43</sup>

40 BPSR 126 (jan./mar. 1963), p. 2-3.

41 BPSR 5 (jul. 1961) 122, 138-139.

42 BPSR 8 (jan./mar. 1962) 9-10.

43 *Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa*, p. 3 verso.





**Fonte:** Seminário Santa Rita, Ribeirão Preto/SP. Arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita de Cássia, Ribeirão Preto/SP.

Para custear a obra, utilizou-se parte da renda da província, donativos, fundos arrecadados em campanhas e rifas, contribuição da “Adveniat” alemã e donativos conseguidos por Frei Adaury Fiorotti.<sup>44</sup>

Durante o capítulo provincial, realizado em julho de 1963, em Franca, Frei Estevão Montes expressou seu entusiasmo no relatório do triênio 1960-1963, referindo-se à província: “mas seu principal e máximo triunfo é nosso Seminário Menor, cuja planta e estado das obras são por todos conhecidos.”<sup>45</sup>

No relatório, Frei Estevão fala também das peripécias para conseguir o terreno; para obter os empréstimos e para levantar as obras. “O Seminário era o sonho de todos os religiosos e constituiu também a ilusão máxima do Venerável Definitório.”<sup>46</sup> Por isso, todos se concentraram nessa atividade e na obtenção dos recursos, pois não seria por acaso que dois meses após a criação da província, a mesma recebeu “gratuitamente” 20.000 m<sup>2</sup>, com a pedra fundamental oficialmente lançada no dia 28 de agosto daquele ano de 1960. “Grandes sofrimentos, longas insônias, viagens sem conta, sacrifícios sem fim, especialmente nos últimos 4 meses em que chegamos a dever, nos Bancos de Ribeirão Preto, até cerca de Cr\$5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros)”.<sup>47</sup> Para obtenção dos recursos,

44 Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa, p. 3 verso.

45 «Relatório de Fr. Estevão da Sagrada» I in: *Atas 1º Capítulo Provincial – triênio junho de 1960-julho de 1963*, p. 4, – caderno Iº e IIº ap. Prov. – 1963 e 1966.

46 Ibid.

47 Ibid., p. 4.

Frei Estevão cita as campanhas realizadas em toda província, o pedido de socorro aos religiosos e o “implorar” a ajuda dos amigos. Houve uma ação desdobrada sobre uma atividade que muitos consideravam um exagero. Ainda naquele ano de 1963, havia muito por terminar, mas a obra já se encontrava em fase de acabamento, sem nenhuma dívida naquele momento, com o material de construção restante já comprado e estimado em 7 milhões de cruzeiros. Até aquele momento, a província já havia investido cerca de Cr\$ 40.770.692,00 na construção do seminário menor.<sup>48</sup> Por ocasião do segundo capítulo provincial realizado em 1966, Fr. Agostinho Belmonte solicitou uma moção de agradecimento a *Adveniat* pela ajuda ao Seminário Santa Rita, no valor de 15 mil marcos alemães, equivalente a aproximadamente Cr\$8.250.000,00. O relatório do provincial, Fr. José Gonçalves, cita, nessa ocasião, o valor de Cr\$ 73.712.260,00 o custo de construção e instalação do Seminário Santa Rita.<sup>49</sup>

### 3. A realização do sonho

Mesmo inacabado, o prédio do Seminário Santa Rita foi ocupado e começou a funcionar a partir de 29 de fevereiro de 1964. Segundo as palavras de Frei José Gonçalves, Prior Provincial na ocasião, nesse dia se deu a transferência da Escola Apostólica São José para o “novo e grandioso Seminário Agostiniano de Santa Rita de Cássia”.<sup>50</sup> A instalação do seminário ocorreu em uma cerimônia interna simples. A primeira comunidade foi assim constituída: Frei Agostinho Belmonte, diretor; Frei Mário Sabino; Fr. José Alexandre Rodrigues; Frei Francisco Eugênio e Frei Delfino Casagrande. O decreto de ereção canônica do seminário pelo Prior Geral da Ordem, Padre Frei Ângelo Almárcegui, foi emitido no dia 01 de abril desse ano.

A primeira turma de seminaristas a residir no prédio era formada de 132 estudantes. Os frades da comunidade local se encarregaram da capelania do Hospital Beneficência Portuguesa, da “quase-paroquia” do bairro Santa Cruz e da paróquia de Guatapará, além das aulas para os seminaristas. Outros frades residentes em Ribeirão Preto também administravam aulas.

48 Id. *ibid.*, p. 4.6.9; pela referência a valores em dólares, é possível calcular a proporção entre dólares e cruzeiros em 1US\$= Cr\$ 700,00 aproximadamente.

49 *Atas do II Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia*, 1966, p. 3; informe do Provincial, in *Atas Iº Capítulo Provincial: triênio junho de 1960-julho de 1963*, p. 9 - caderno Ie IIº Cap. Prov 1963 e 1966.

50 Id., *ibid.*, p. 5.



Em meio ainda ao clima de entusiasmo e euforia, a inauguração oficial do Seminário Santa Rita foi comemorada como um grande êxito alcançado pela Província de Santa Rita, a cujo evento dedicou-se uma edição especial do boletim oficial. Era um "seminário menor", ou seja, ali estudavam os seminaristas que faziam as etapas escolares básicas do "ginásial" e "colegial", antes do noviciado, Filosofia e Teologia. Ali entravam normalmente meninos com cerca de 11 ou 12 anos, vindos de várias partes, sobretudo da região de Franca e do Espírito Santo. Os seminaristas que estudavam no Seminário São José foram transferidos para lá. O Seminário Santa Rita foi frequentemente descrito como "[...] um desejo dos frades desde 10 anos antes da criação da Província", um edifício amplo, moderno e capaz de abrigar mais seminaristas. Ao todo, a obra custou Cr\$107.421.474,00. Cerca de 91,5 milhões de cruzeiros foram aplicados na construção e 16 milhões em máquinas, utensílios e móveis; Cr\$ 64.696.747,00 originou-se de investimento feito pela própria província e Cr\$ 42.724.727,00 vieram de campanhas diversas feitas pelos frades.<sup>51</sup>

Para aprimorar o trabalho na formação dos seminaristas, Frei José Alexandre e Frei Delfino Casagrande iniciaram estudos universitários no curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia, em Franca, frequentando as aulas duas vezes por semana.

Para colaborar na manutenção do seminário, frades da região realizavam quermesses, como Frei Osvaldo Resende, que estando de capelão na Fazenda Santa Amália, em Santa Rosa de Viterbo, colaborou, através destes eventos, com um milhão de cruzeiros, nesse primeiro ano de atividades do Seminário Santa Rita. O seminário recebia também doações de fiéis e associações, como a Corte de São José, que doou 500 mil cruzeiros.

Além do currículo escolar dos cursos ginásial e colegial, as festas litúrgicas constituíam parte importante da formação interna. Todos os anos eram celebradas a festa de São José, a Semana Santa, Santa Rita, padroeira da província e do seminário, Corpus Christi, Santo Agostinho e Nossa Senhora da Consolação. Excursões e passeios eram frequentes também, sobretudo ao Clube Regatas, no Rio Pardo. No dia 04 de outubro de 1964, os seminaristas foram à Fazenda Santa Amália para celebrar a festa de São Francisco de Assis. Para este evento, formaram um coral de música sacra e realizaram apresentações teatrais e culturais. O mesmo programa apresentado na Fazenda Santa Amália foi realizado na Fazenda São Martinho, em Guatapará, no dia 11 de novembro de 1964. Durante toda sua existência, muitos foram os saraus lítero-musicais e as apresentações de canto coral. Ao terminar o ano letivo, o Seminário tornou-se local para retiros, encontros e reuniões dos frades. Muitos iam passar ali também parte de suas férias.

---

51 BPSR 20 (jan./mar. 1965) 8-30.

Ao final do ano de 1964, faltava somente o acabamento na capela interna. Assim, no dia 09 de janeiro de 1965, inaugurou-se oficialmente o Seminário Santa Rita, com a benção do prédio por D. Agnelo Rossi, que fora arcebispo de Ribeirão Preto e havia sido transferido recentemente para São Paulo e a presença também de D. José Álvarez Mácuca, prelado de Lábrea, Amazonas. Conforme as novidades pós conciliares, a missa foi celebrada em língua vernácula.<sup>52</sup>

Desde o início das atividades, no ano de 1964, até o encerramento, em maio de 1972, residiram no Seminário Santa Rita:

- Frei Agostinho Belmonte, diretor de 1964 a 1966; voltou a residir aí em 1969;
- Frei Mário Sabino, “Prefeito de Espírito”, de 1964 a 1966;
- Frei José Alexandre Rodrigues, “Vice-prefeito” no ano de 1964, “Prefeito”, de 1965 a 1970;
- Frei Francisco Eugênio de Souza, de 1964 a 1966;
- Frei Delfino Casagrande, de 1964 a 1967;
- Frei Rui Lemgruber Portugal (irmão), de 1965 a 1970; retornou em 1971;
- Frei João Casagrande, de 1966 a 1968;
- Frei Augusto Crema Novacki, 1966;
- Frei Hilton Miranda Rocha, diretor de 1966 a 1969;
- Frei Luiz Gonzaga, 1966;
- Frei Francisco Fontanella, 1968;
- Frei José Pinto Ribeiro, diretor de 1969 a 1972;
- Frei Jarbas Novelino Barata, 1970 a 1972;
- Frei José Alberto Fontanella, de 1970 a 1972;
- Frei Florentino Garcia, de 1970 a 1972.

Quanto ao número de seminaristas, a cada ano diminuía mais:

Ano	Início	Fim
1964	132	98
1965	123	104

52 *livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita* p. 3 verso-11.

Ano	Início	Fim
1966	121	95
1967	125	90
1968	81	72
1969	71	64
1970	29	Não há registro
1971	26, sendo 06 novos	16
1972	08, sendo 02 novos	07 foram transferidos para o Seminário São José, em maio.

Ainda no ano de 1965, mesmo com o prédio recém acabado, foram necessários vários consertos e reparos, devido a defeitos de construção: pisos, bancos do pátio interno, laje sobre os confessionários, calhas, rufos e condutores.<sup>53</sup>

A manutenção do seminário continuava muito difícil. O governo estadual fornecia bolsas de estudos para os seminaristas, mas eram insuficientes. No relatório econômico apresentado no capítulo provincial em 1966 constam:

Receitas	Cr\$ 31.339.938,00
Despesas	Cr\$ 38.857.945,00
Déficit	CR\$ 7.518.007,00

O déficit foi coberto pela economia provincial. Se o seminário não tinha dívidas, tampouco tinha créditos, constituindo-se como economia dependente. Os custos com o edifício novo, a aquisição de móveis, máquinas, utensílios, objetos e alfaias para a capela foram muito elevados.

#### **4. O pós-concílio: revendo conceitos (Igreja, Liturgia, Formação, Vida religiosa, Votos)**

O Concílio Vaticano II, que começara em 1962, encerrou suas últimas sessões e debates em 1965. A Província de Santa Rita de Cássia realizou seu segundo capítulo provincial em julho de 1966. Era um momento de revisão de tudo: organização administrativa e pastoral, conceitos sobre a igreja, a liturgia, a vida

<sup>53</sup> Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita , p. 15.

consagrada, os votos religiosos, a formação nos seminários. Era um momento de adaptar todos os documentos das ordens e congregações religiosas conforme as orientações dos documentos conciliares. Era hora de rever o corpus jurídico das congregações, num momento em que o próprio Direito Canônico estava em processo de revisão. Era o momento em que se esperava: “tudo isto vai ser modificado”. Vários encontros dos frades, realizados no Seminário Santa Rita nos anos de 1968 a 1971, visavam a estudos para adaptação das Constituições da Ordem ao Concílio; estudos sobre a vida religiosa no Brasil; sobre os votos religiosos e suas situação na Igreja e na Ordem; sobre a província, sua situação, suas estruturas e inserção pastoral<sup>54</sup>.

A Província de Santa Rita sofria uma grande limitação de pessoal num vasto território. A limitação de pessoal se agravou com a saída de muitos religiosos e sacerdotes entre 1966 e 1974. "Um dos maiores problemas da nossa Província é a dispersão. Somos poucos e abarcamos muito". Assim o prior provincial, Fr. Agostinho Belmonte, justificou a entrega da paróquia de Pirenópolis, na diocese de Anápolis, Goiás, no dia 19 de março de 1967, alegando a dificuldade em manter a vida comunitária.<sup>55</sup> A paróquia de Paraguaçu Paulista também havia sido entregue à diocese alguns anos antes, pois ficava isolada das demais casas da província.<sup>56</sup>

Em carta de 04 de março de 1970, o então provincial, Fr. Hilton Miranda Rocha, escreveu aos religiosos sobre o "individualismo atávico", a "dispersão em pequenos ministérios", que causava a perda de energia quanto às renovações conciliares e provocava uma lentidão no processo. Ele manifestava aí também sua preocupação ante a "dessacralização" da figura do sacerdote e sua redução a um mero "profissional"; e sua profunda angústia ante as saídas de religiosos. Quanto aos seminários, afirmava que a província se encontrava ante uma "encruzilhada", o que exigia muita prudência nas decisões. Referia-se aqui sobretudo à situação crítica do Seminário Santa Rita, em Ribeirão Preto.<sup>57</sup>

O artigo "Uma Década após", que tratava dos dez anos de existência da Província de Santa Rita de Cássia, destacou o momento histórico um tanto especial de sua criação. "Nossa província surgiu no ocaso de uma situação histórica e no dealbar de uma nova fase da história da Igreja de do mundo [...] Um grande setor da Igreja deixava-se embalar ainda por um triunfalismo fácil."<sup>58</sup>

54 Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita p. 22; 29 verso-30; 37; 43.

55 BPSR 28 (jan./mar. 1967) 23.

56 BPSR 21 (abr./jun. 1965) 56.

57 BPSR 39 (jan./mar. 1970) 3-4.

58 BPSR 40 (abr./jun. 1970) 29-30.

Para o articulista, o Concílio Vaticano II abriu novos horizontes para a Igreja e os Institutos religiosos. "Vê-se claramente que os velhos esquemas não servem", mas não se via claramente a "solução ideal". O momento era de crise e, nela, observava-se duas tendências: "os que procuram novos caminhos" e "os que se anquilosam no passado estático"; "os que, procurando conservar o que é válido do passado, pensam no futuro" e "os que, vendo o que é menos correto do presente, sonham voltar a um passado que não se repetirá". Enfim, para o articulista, se havia a angústia da "evasão" de frades, de um lado, não se podia deixar de exaltar o esforço heroico de outros.<sup>59</sup>

No elenco de questões para o capítulo provincial, que se realizaria em janeiro de 1973, encontrava-se a preocupação com o apostolado paroquial, uma vez que os métodos aprendidos no seminário já não surtiam efeito, e com a necessidade de novas técnicas pastorais e novos movimentos nas paróquias.<sup>60</sup>

A Província de Santa Rita de Cássia empreendeu em meados da década de 1960 altíssimos investimentos na preparação de sacerdotes para um melhor e mais moderno exercício de suas funções. Vários frades já sacerdotes realizaram cursos universitários complementares à sua formação sacerdotal: dois se formaram em Direito, três em Pedagogia, dois em Letras, dois em Língua Alemã e Inglesa e outros dois fizeram especializações diversas em Roma.<sup>61</sup> Num total de 11 sacerdotes com preparação extraordinária, segundo os boletins. Ao final da década de 1960, no entanto, todos eles deixaram a província e o ministério sacerdotal. Isso causou um forte impacto na província, que se viu não só desprovida de pessoal, na grande evasão nesse período, mas daqueles que eram considerados "os melhores". Muitos frades viram nessa evasão uma "traição" à província.

Um desafio que se mostrava nesse período era o "recrutamento" de seminaristas para o Seminário Santa Rita. Foi criado, sobretudo em Franca, os "Clubes Vocacionais". De 06 a 16 de maio de 1965, com o apoio do "Serra Clube", associação leiga de apoio às vocações sacerdotais, foi realizado em Franca a "I Semana Vocacional". Na programação do evento havia palestras e filmes nos três cinemas da cidade; as escolas e faculdades também foram visitadas para propaganda vocacional. Como resultado desse evento, surgiram 115 "vocacionados" que foram divididos em quatro "clubes vocacionais". Desses, 43 participaram de uma excursão ao Seminário Santa Rita no final do ano. A ênfase na vocação sacerdotal criou

---

59 Ibid., p. 30.

60 BPSR 50 (out./dez. 1972) 9-10.

61 BPSR 24 (jan./mar. 1966) 25.

para a ordem um outro problema: a falta de vocações para "irmãos".<sup>62, 63</sup> Isso, no entanto, não era um problema isolado, mas enfrentado também por praticamente todas as ordens e congregações religiosas. Em 1966, iniciaram no Seminário Santa Rita 121 seminaristas, sete foram para o noviciado e 53 eram novos; em 1967, havia um total de 125, com 45 novos.<sup>64</sup>

Fortes questionamentos surgiram nesse período sobre a validade dos seminários menores e seu fechamento. Frei José Alexandre Rodrigues, formador no Seminário Santa Rita, apresentou um relatório ao capítulo provincial de 1966, intitulado "A província deve preocupar-se com o recrutamento de 'vocações tardias'? Há conveniência de abrir-se outros 'pré-seminários'?". Nele, defendia um procedimento novo de recrutamento de seminaristas: as "vocações tardias", não se entendendo aí "tardio" como "atrasado". Para ele, recrutar pessoas mais adultas era mais vantajoso que recrutamento de crianças de 11 / 12 anos. Não via um futuro vocacional muito alentador. Já era nítida a falta de seminaristas maiores. As "defecções patentes" revelavam a pouca perseverança.

Frei Alexandre fez um levantamento estatístico detalhado desde 1931, quando a ordem dos agostinianos recoletos iniciou o seminário com vocações nativas no Brasil. Resumindo, ele constatou que de 1931 a 1954, 318 alunos haviam sido matriculados nos seminários. Destes, 50 foram ordenados padres, dos quais, 14 haviam deixado a ordem. De 1954 a 1960, 206 foram matriculados, dos quais, 24 encontravam-se no noviciado no ano anterior. Em 1961, foram matriculados 38; 01 se encontrava no noviciado. Em 1962, 29 foram matriculados; 02 estavam no noviciado e 02 ainda no seminário menor. Ele propôs ao capítulo investir na instituição "pré-seminário", como já existia na Fazenda do Centro, em Castelo, Espírito Santo. Aí, estudava-se o ginásio, o científico ou colegial clássico, mantendo maior contato com as famílias. Sugeriu que houvesse prédios menores em várias localidades, onde se pudesse cursar "em ginásio público ou particular", com aulas de latim à parte. Assim, se reduziria também o ônus econômico.<sup>65</sup>

Frei Adaury Fiorotti, responsável pelos seminaristas da província em São Paulo, e Frei Agostinho Borges também apresentaram um relatório a esse mesmo capítulo, intitulado: "Exigências de Renovação e Atualização nos métodos formativos de nossos seminários. Normas práticas". Quanto ao seminário menor,

62 BPSR 21 (abr./jun. 1965) 57, 61-67; BPSR 23 (out./dez. 1965) 132.

63 BPSR 23 (out./dez. 1965) 132.

64 BPSR 28 (jan./mar. 1967) 20, 26.

65 Relatório Frei José Alexandre da Imaculada ao II Capítulo da Província de Santa Rita de Cássia, in Atas 1º Capítulo Provincial: triênio junho de 1960-julho de 1963, p. 1-4, in caderno Iº e IIº Cap. Prov. – 1963 e 1966.

os autores do relatório afirmam a necessidade de uma formação integral. Uma vez que “os seminaristas menores são arrancados do meio de sua família”<sup>66</sup>, há grandes prejuízos e lacunas em sua formação. “Temos que corrigir os fatores negativos do Seminário Menor tipo internato, para que os meninos encontrem aí ambiente de família”<sup>67</sup>. O objetivo primeiro de um seminário menor seria formar um cristão autêntico, com uma piedade fundada no aperfeiçoamento das virtudes humanas. Muito frequentemente, ex-seminaristas tornavam-se alheios, quando não hostis, à Igreja e ao clero. Para eles, o seminário menor deveria ser “aberto ao máximo contato com as realidades humanas e a própria família”<sup>68</sup>, de forma que os seminaristas sentissem de perto e gradualmente aquilo para o qual serão chamados. A equipe de formadores teria uma atuação imprescindível nessa formação, contando com a colaboração de leigos, com a presença feminina e a educação familiar e afetiva dos pais. Um elevado número de seminaristas impedia uma formação mais “individual”. Urgia formar um padre que se atualizasse nas exigências psicológicas e pedagógicas. Aos formadores era necessária uma atualização de renovação das casas de formação; a participação nos encontros vocacionais; a admissão de leigos no corpo docente do seminário; permitir um maior contato dos seminaristas com a família durante as férias, fins de semana e datas comemorativas; trabalhar em conjunto com os pais; fornecer uma formação gradual no sentido sacerdotal da vocação; promover a iniciativa pessoal dos seminaristas, uma vez que o elevado número “impede a formação individual e corre o risco de criar um anonimato tão prejudicial às exigências afetivas da criança”. É tarefa do formador despertar as lideranças, mantendo uma disciplina suave, um “espírito de família” e criando um “ambiente de piedade sã”<sup>69</sup>.

Nota-se nesse relatório, quando se trata do seminário menor em discussão, um incômodo quanto ao número de seminaristas, pois a referência a este ponto se repete com frequência, bem como a questão da proximidade do seminarista a sua família para uma formação afetiva saudável. Ao final do tema sobre o seminário menor, os autores do relatório propõem a criação de “seminário menor paroquial”, sobretudo nos grandes centros urbanos, de modo que o seminarista estivesse em contato com o mundo pluralista e urbano<sup>70</sup>.

---

66 Relatório... p. 5.

67 Idem, ibidem, p. 5.

68 Idem, ibidem, p. 6.

69 «Relatório Frei José Alexandre da Imaculada ao II Capítulo da Província de Santa Rita de Cássia», in *Atas 1º Capítulo Provincial: triênio junho de 1960-julho de 1963, p. 7, caderno 1º e 2º Cap. Prov. – 1963 e 1966.*

70 Id., p. 8.

Muitos afirmavam que os modelos "clássicos" de seminário tiveram um "duplo fracasso": nem formaram padres em número suficiente e nem "cristãos autênticos". Fr. Hilton Miranda Rocha escreveu um artigo intitulado "Seminário Menor: Sim ou não?", no início de 1969, no qual apresentava os argumentos dos que defendiam o fechamento desse tipo de instituição, sobretudo por causa das enormes despesas de manutenção e dos poucos que chegavam ao sacerdócio. Ele se colocou como um defensor da permanência da instituição, alegando que "vocações tardias eram casos esporádicos". Em 1968, foram para o Seminário Santa Rita "apenas nove novos" para juntar-se aos 82 veteranos, entre os quais, um estudante de Filosofia antes do noviciado, fazendo o curso Pré-Teológico da Arquidiocese de Ribeirão Preto<sup>71</sup>. O início do ano de 1969 foi crítico quanto à questão vocacional. Uma campanha vocacional foi realizada pelo próprio diretor, Fr. Hilton, que passou pelas cidades de Franca, Patrocínio Paulista, Itirapuã, Capetinga, Cássia, Cristais Paulista, Santa Rosa de Viterbo e Fazenda Amália, e São Paulo (Vila Hamburguesa).<sup>72</sup>

O Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia, que se reuniu em julho de 1969, reconheceu e afirmou a validade dos Seminários Menores e sua existência na província e decidiu regionalizar o trabalho vocacional. Nas discussões durante o capítulo, Frei Hilton defendeu a existência de seminários menores como instituição válida, mas sempre em constante processo de renovação "na realidade do nosso contexto sociológico". Frei Lauro igualmente afirmou a continuação com os seminários menores, mas buscando novas experiências, sem abandoná-los. Para Fr. Florêncio Izaguirre, no entanto, a questão dos seminários deixava a desejar e apontou três fatores: o índice de perseverança muito baixo; os grandes gastos econômicos e os métodos pedagógicos inadequados.<sup>73</sup> Uma outra discussão no momento era sobre a validade do curso de Filosofia antes do curso de Teologia. O Capítulo aprovou que os seminaristas fizessem cursos de ciências humanas em alguma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dando-se a preferência pelo curso filosófico. Além disto, na etapa de formação teológica, que se cuidasse da formação específica quanto aos costumes da Ordem.<sup>74</sup>

Em março de 1969, o novo Seminário Santo Agostinho, em Castelo, Espírito Santo, iniciou suas atividades com a transferência dos alunos da Fazenda do Centro para a nova instituição, inaugurada oficialmente no dia 29 de junho. Nesse

---

71 BPSR 37 (jul./set. 1969) 93.

72 *Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa*, p. 29 verso.

73 *Atas do Terceiro Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia*, julho de 1969, p. 3-5.

74 BPSR 37 (jul./set. 1969) 93.



ano, os responsáveis pelo Seminário Santa Rita, em Ribeirão Preto, reclamaram da "falta de candidatos", pois estavam previstos 22 novos, num total de 71 seminaristas. A continuação ou não da existência de seminários menores na província entrou em pauta no capítulo provincial realizado nesse mesmo ano. No início de 1970, dez seminaristas do Seminário Santa Rita foram transferidos para a Capelinha, em Franca.<sup>75, 76, 77, 78</sup>

Da mesma forma que a transferência dos seminaristas da Capelinha para São Paulo nos anos de 1968 e 1969 deixou o convento praticamente vazio e causou um clima depressivo em alguns frades, algo parecido ocorreu com a transferência dos alunos do pré-seminário da Fazenda do Centro para o Seminário Santo Agostinho em Castelo, Espírito Santo. Escreveu Fr. João Echavarri, responsável pelo pré-seminário: "Lá se foi a alegria da casa. Um edifício tão grande como a casa da Fazenda e agora sem a desordenada ordem dos estudantes, muito se modificou seu aspecto. Aquelas alegres correrias e trapaças desapareceram para dar lugar ao silêncio da roça."<sup>79</sup>

Muito daquilo que se discutia nas propostas capitulares se aplicou na formação dos seminaristas do Seminário Santa Rita. Deu-se continuidade em atividades como "sarau lítero-musical", como o ocorrido por ocasião da visita canônica do visitador geral Fr. Jenaro Fernandez, nas festas de Santo Agostinho, nas atividades cívicas por ocasião do dia "07 de setembro", no encerramento dos anos letivos<sup>80</sup>. Incrementou-se o contato com seminaristas de outras congregações através de atividades esportivas, lúdicas e culturais, como campeonatos de futebol, apresentações teatrais, participação nos "clubes vocacionais" e celebração em conjunto do "Dia Mundial de Oração pelas Vocações"<sup>81</sup>. Deu-se prosseguimento à formação musical dos estudantes com os corais e canto orfeônico, como o que cantou na Paróquia Nossa Senhora das Graças, em Franca, no dia 27 de novembro de 1966, durante missas que foram irradiadas por uma emissora local; a apresentação durante o encerramento do ano letivo, inclusive com músicas em francês; as apresentações no "Festival das Missões", no auditório do Colégio Santa Úrsula, e em Brodósqui, no Seminário Arquidiocesano, em 1967;

75 BPSR 32 (jan./mar. 1968) 21, 27; BPSR 39 (jan./mar. 1970) 17.

76 BPSR 35 (jan./mar. 1969) 25-32, 38-39.

77 BPSR 36 (abr./jun. 1969) 36.

78 BPSR 39 (jan./mar. 1970) 17.

79 BPSR 40 (abr./jun. 1970) 37.

80 Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita, p. 17-17 verso; 18 verso; 19 verso; 24; 25; 32-32 verso; 39.

81 Id., p. 18; 21; 24.

aulas de piano, com audiências<sup>82</sup>. Introduziram-se novas práticas religiosas, centralizadas na Bíblia, como terços meditados, vigílias bíblicas, manhãs mensais de formação com meditação comunitária e revisão de vida<sup>83</sup>. A partir de 1968, nas missas introduziram-se novos tipos de instrumentos musicais, com a utilização de conjuntos e bateria para cantar “sem descuidar da beleza e seriedade do ato litúrgico”<sup>84</sup>. As excursões seguiram como prática lúdica e cultural. Os locais onde se programavam tais eventos eram o Clube Regatas, no Rio Pardo, Ribeirão Preto; em Patrocínio Paulista, por ocasião do jubileu de prata sacerdotal de Fr. Carmelo Aroz, em junho de 1967; a Brodósqui; a Estreito e Cristais Paulista<sup>85</sup>. Para incentivar o espírito de liderança e iniciativa, havia o “Grêmio” dos seminaristas, que organizava as atividades lúdico-culturais e as festas<sup>86</sup>. A partir de 1968, o seminário contratou professores leigos para colaborar na formação dos seminaristas<sup>87</sup> e em 1972 as aulas não foram mais administradas internamente, pois os seminaristas foram matriculados no Colégio Marista<sup>88</sup>.

Em 1971, a situação do Seminário Santa Rita era considerada crítica e a província se viu diante de um impasse. No ano anterior, essa instituição teve 26 seminaristas. Por isto, Frei Agostinho Belmonte empreendeu uma viagem de “sondagem sobre o problema vocacional” ao sul do Paraná e Santa Catarina, entrando em contato com bispos e responsáveis pelas vocações<sup>89</sup>. Fr. Hilton, prior provincial, em carta aos religiosos falou sobre a “urgência do problema vocacional”, uma vez que no Seminário Santa Rita teria somente “seis novos seminaristas” e iniciou com 32 seminaristas. Ao mesmo tempo, o Seminário Santo Agostinho, em Castelo, Espírito Santo, iniciou em 1971 com 28 seminaristas. No final desse ano, havia 29 seminaristas no Seminário Santa Rita, dos quais 15 não voltariam; nove foram transferidos para a Capelinha, em Franca. A previsão para 1972 era de cinco veteranos e três novatos. Já se falava em fechar o seminário, o que lhe parecia uma “ideia suicida”. Ele exortou os frades que realizassem um trabalho vocacional como “formação adulta da Fé, não só recrutamento e propaganda”; os frades deveriam sim falar sobre vocação sem “falso pudor”. A valorização dos leigos, que se procurou incrementar após o concílio, não implicava, para Fr. Hil-

---

82 *Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita*, p. 19-19 verso; 24; 25.

83 *Id.*, p. 19; 21 verso; 28 verso; 41 verso.

84 *Id.* p. 28.

85 *Id.*, p. 18 verso; 22 verso; 23.

86 *Id.*, p. 28 verso.

87 *Id.*, p. 26; 45 verso.

88 *Id.*, 47 verso.

89 *Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita*, p. 40 verso.

ton, em desvalorizar o sacerdote. Ele pediu ainda aos frades que envolvessem os leigos no trabalho vocacional.<sup>90, 91, 92</sup>

O Seminário Santa Rita sediou, em julho de 1971, um encontro de seminaristas agostinianos recoletos. Participaram do evento três padres, Fr. Jarbas, que era professor no seminário, quatro estudantes de Teologia do Rio de Janeiro e oito seminaristas da Capelinha, em Franca. No encontro, discutiu-se sobre "Vocação", "A Vida Comunitária", "Oração" e um quarto tema sobre a figura do "Padre".<sup>93</sup>

A roda da fortuna girou bruscamente. Aquilo que antes e durante o Concílio Vaticano II emergiu como "ilusão", sonho, esperança e um futuro promissor, a partir de 1966, à medida em que teve seus fins, seus métodos, seu valor institucional sendo questionado, tornou-se desencanto, desalento, desespero, pesadelo e frustração.

## 5. O fim de um sonho

Em maio de 1972, por determinação do Conselho Provincial, o Seminário Santa Rita encerrou suas atividades. Havia propostas de aluguel do prédio para sediar uma faculdade. O edifício começou a sofrer as reformas necessárias para adaptá-lo às exigências do Ministério da Educação. O prédio desocupado ficou sob a guarda de uma família da confiança dos frades.

Os 08 seminaristas estavam matriculados no Colégio Marista e foram transferidos para a residência São José, que estava também passando por uma reforma para abrigá-los "novamente". Na província, questionava-se, nesse momento, a validade do recrutamento de meninos de 11/12 anos e sentiu-se a necessidade de liberar um frade como "promotor vocacional".<sup>94, 95</sup>

A nova comunidade no Seminário São José ficou assim constituída, por ocasião da transferência: Frei Florentino Garcia, Frei Agostinho Belmonte, Frei José Alberto Fontanella, Frei Ércio Antônio Fiorini, que era ainda professo de votos simples, e 07 seminaristas, uma vez que houve uma desistência<sup>96</sup>.

---

90 BPSR 45 (jan./mar. 1971) 4-7, 28.

91 BPSR 45 (jul./set. 1971) 86.

92 BPSR 47 (jan./mar. 1972) 37.

93 BPSR 45 (1971) 81-84.

94 BPSR 48 (abr./jun. 1972) 48 (abr./jun. 1972) 64.

95 BPSR 50 (out./dez. 1972) 139.

96 *Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita*, p. 48.

Em 1973, o Capítulo Provincial, reunido na Capelinha, em janeiro, discutiu calorosamente na sua quarta sessão “que fazer com o grande edifício do Seminário Santa Rita?”. Dentre as propostas surgidas na discussão estava a venda do prédio, uma vez que sua manutenção se tornou impraticável, estava desocupado “não havendo esperanças” de aumento de vocações. Outros complementaram a proposta da venda com a construção de um seminário para estudantes de teologia em São Paulo. Outros criam ser inconveniente alugar o edifício, pois o mesmo sofreria muitos danos<sup>97</sup>.

Assim, ao final do capítulo, a venda do Seminário Santa Rita foi aprovada e autorizada “[...] reservando-se a metade do valor para um possível atendimento à mesma finalidade no futuro.” Caberia ao conselho provincial definir um local para reunir os seminaristas menores do Estado de São Paulo. Ficou estabelecido também que só seriam admitidos como seminaristas os candidatos com escolaridade “[...] a partir do antigo curso ginásial completo”; admitir com escolaridade inferior, somente “onde for viável”.<sup>98</sup>

Em 1974, o edifício do Seminário Santa Rita foi vendido. Os seminaristas que estavam na residência São José e que cursavam o “2º Grau” foram enviados para a Capelinha, em Franca. O Seminário Santo Agostinho, em Castelo, admitiria candidatos a partir da 5ª série. Em São Paulo, a província adquiriu um terreno próximo à Igreja Nossa Senhora de Lourdes para construir um seminário para os estudantes de Teologia<sup>99</sup> Aquilo que era um fim tornou-se um recomeço, um novo momento, com novas perspectivas e esperanças.

## Referências

AA.VV. *Memorial: enviado ao Núncio Apostólico, foi também dirigida ao Prior Geral da Ordem*, Fr. Eugênio Ayape, como anexo de uma carta datada de “março de 1960”. (AGOAR=Arquivo Geral da Ordem dos Agostinianos Recoletos, Cúria Geral, Roma, Itália).

ALESANCO, Tirso. *Filosofia de San Agustín: síntesis de su pensamiento*, Madrid: Ed. Augustinus, 2004.

97 Atas do IV Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia.– Jan /1973, p. 15 (Capelinha – Franca).

98 BPSR 51 (jan./mar. 1973) 12, jan./mar. 1973.

99 BPSR 65 (mai./jun. 1975) 93.

- BRAÑA, Martín (Frei), *Carta a Fr. Ángel Criado*, 2 mar. 1960. (AGOAR).  
*Atas do III Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia, 1966. Caderno I° e II° Cap. Prov. – 1963 e 1966.*
- Atas do III Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia*, jul. 1969.  
*Atas do IV Capítulo Provincial da Província de Santa Rita de Cássia*, jan. 1973. (Capelinha – Franca).
- AYAPE, Eugênio (Frei), *Carta ao Núncio Apostólico Armando Lombardi*, 12 mar. 1960. (AGOAR).
- BLOCH, Marc, *Apologia da História: ou O Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Boletim oficial da província de santa Rita de Cássia*. Franca: Santa Rita (dos anos 1960 a 1975).
- CRIADO, Ángel (Frei), *Relatório da Província de Santo Tomás de Vilanova*. 1960a (AGOAR).
- CRIADO, Ángel (Frei) et al., *Carta ao superior geral, Fr. Eugênio Ayape e seu conselho*. 23 fev. 1960b. (AGOAR).
- DOLADO, Santiago, *Relação da Província para Capítulo e esboço de divisão de Província*. 19 out. 1955. (AGOAR)
- FITZGERALD, Allan D., *Diccionario de San Agustín: San Agustín a través del tiempo*. Burgos: Ed. Monte Carmelo, 2006.
- GILSON, Étienne, *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. 2. ed. São Paulo: Paulus/Discurso Editorial, 2010.
- GUITTON, Jean. *Le temps et l'éternité chez Plotin et Saint Augustin*. Paris: Vrin, 1959.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Informe do Provincial*, in *Atas 1° Capítulo Provincial: triênio junho de 1960-julho de 1963*. Caderno I° e II° Cap. Prov. – 1963 e 1966.
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João, «História dos conceitos, debates e perspectivas», in JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.), *História dos conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola/IURPERJ, 2006, pp. 24-29.
- KOSELLECK, Reinhart, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- Livro de Fatos Notáveis do Seminário Agostiniano Santa Rita* (Manuscrito; Arquivo da Cúria Provincial da Província de Santa Rita,).

LOMBARDI, Armando, *Carta a Fr. Eugênio Ayape*. 25 fev. 1960. (AGOAR).

MOTZKIN, Gabriel, «A intuição de Koselleck acerta do tempo na história» In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.), *História dos conceitos: debates e perspectivas*, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Ed. Loyola/IURP-ERJ, 2006, p. 79.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*, 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

### *Resumen*

Esta pesquisa tem como foco principal o “Seminário Santa Rita”, projeto sonhado e executado pela Província de Santa Rita durante a década de 1960 para formação de jovens seminaristas. A partir de um conceito de temporalidade que vai além da simples cronologia, mas se baseia na «duração» e intensidade, são comparadas as noções de «Tempo» em Santo Agostinho e em Reinhart Koselleck. Este conceito, tal como abordado por estes autores, torna-se uma ferramenta útil para entender o *Seminário Santa Rita*, demanda sentida por alguns frades agostinianos recoletos no Brasil desde a década de 1950 e um dos argumentos para sustentar a criação de uma nova província agostiniana recoleta nesse país. Por isso, esta pesquisa situa o anseio de execução do projeto dentro da tensa manifestação para a criação de uma nova província, que surgiu como *Província de Santa Rita de Cassia*, em 1960. Uma vez criada, o projeto e a construção do “Seminário Santa Rita” tornou-se um eixo importante nos trabalhos da nova província. O ser ocupado em 1964, um ano antes de sua inauguração oficial, mostra o anseio, o otimismo e a esperança na concretização do projeto. Após o Concílio Vaticano II e dadas as mudanças na segunda metade da década de 1960, sobretudo quanto à crise vocacional que se instaurou nesse período, o Seminário Santa Rita não resistiu e foi vendido em 1974. A presente pesquisa mostra um pouco de como era o processo formativo, o envolvimento dos frades no trabalho de formação dos seminaristas, as mudanças que se operaram com a «crise» das vocações a ponto de culminar com a venda do edifício, que representou uma grande frustração para a Província.

*Abstract*

The main focus of this research is the Saint Rita seminary, a project the Province of Saint Rita had desired and executed in the 1960s. From a concept of temporality that goes beyond simple chronology, the notions of «Time» in St. Augustine and in Reinhart Koselleck have been compared. This concept, as approached by these authors, becomes a useful tool to understand the Santa Rita Seminary, a demand felt by some Augustinian Recollect friars in Brazil since the 1950s and one of the arguments to support the creation of a new Augustinian Recollect province in that country. Thus, this research places the execution of the project within tense aspiration to create a new province, which would emerge as the *Province of Santa Rita of Cassia* in 1960. The construction of this seminary became an important axis for the activities of the new province. The fact that has been occupied in 1964, a year before its official inauguration, shows the yearning and hope for the realization of the project. After the Second Vatican Council, and given the changes in the second half of the 1960s, especially regarding the vocational crisis, the Santa Rita Seminary could not continue and was sold in 1974. The present research shows a little of the formative process, the involvement of the friars in the formation of the seminarians, the changes that took place with the «crisis» of vocations, that would result to the sale of the building, which was a great frustration for the Province.

